



Projeto de Lei do Legislativo n.º 17/2025

CERTIDÃO

CONSIDERANDO que, na forma do art. 49, inciso I, II e III, as deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta ou maioria, sendo:

- a. **Maioria Simples/relativa:** a superioridade numérica simples de votos (Glossário de termos legislativos. Escola do Legislativo. ALMG, 1997, 1ª ed. Belo Horizonte), isto é, presente o quórum mínimo para início da deliberação, a maior número dentre os votos apurados, excluídas as abstenções. Ademais, a regra é que as deliberações são tomadas sempre por maioria simples, exceto quando expressamente indicado na Lei (maioria absoluta ou qualificada);
- b. **Maioria absoluta:** a que compreende o número inteiro, correspondente à metade dos membros da Câmara, mais um, ou seja, 9 (nove) membros;
- c. **Maioria qualificada:** a que compreende o número inteiro superior à fração correspondente a dois terços dos membros da Câmara, ou seja, 12 (doze) membros.

CONSIDERANDO que, na forma do art. 93, p.u., o parecer da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final que concluir pela inadmissibilidade de qualquer projeto deverá ser submetido ao Plenário, para discussão e votação, em único turno:

Art. 93. O parecer da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final que concluir pela inadmissibilidade de qualquer projeto ou proposição, deverá, na primeira reunião ordinária ou extraordinária para este fim, posterior à sua publicação, ser submetido ao plenário, para discussão e votação, em único turno. (Artigo com redação dada pela Resolução nº 010, de 18/10/2021)

Vitor Cazumbá Azevedo
Assistente Legislativo
DE: Constitucional e Administrativo

Parágrafo Único. Aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da proposição, esta será arquivada e, quando rejeitado o parecer, será a proposição encaminhada às demais Comissões.

CONSIDERANDO que, uma vez silente o dispositivo *supra* acerca da maioria específica para deliberação, deve ser considerada a maioria simples/relativa para tomada de decisão pelo Plenário, na forma do art. 220 do RICML, que assim dispõe:

Art. 220. Presente mais da metade de seus membros, as deliberações da Câmara são por maioria simples de votos, salvo disposição em contrário.

CONSIDERANDO que, por ocasião da 20ª Reunião Ordinária, ocorrida em 02/06/2025, foram apurados 08 (oito) votos contrários ao parecer da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final ao PLL n.º 17/2025, bem como 06 (seis) favoráveis e 03 (três) abstenções;

CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



Certifico e dou fé que se formou maioria simples ela rejeição do parecer, devendo, portanto, na forma do art. 93, p.u., do RICML, ser a proposição encaminhada às demais Comissões, para regular tramitação.

Lavras, 03 de junho de 2025

VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO
Ass. Legislativo
Dir. Constitucional e Administrativo